

1 ATA DA OCTAGÉSIMA SÉTIMA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL
2 DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

3 Às nove horas e trinta minutos do dia doze de dezembro de dois mil e um na sala de reunião do
4 Ministério da Justiça deu-se início a plenária da Octagésima Sétima Assembléia Ordinária do
5 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, sob a Presidência de
6 CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL).
7 Presentes os conselheiros titulares NORMANDO BATISTA SANTOS (ABONG); MARIA
8 IZABEL DA SILVA (CUT); KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO (CFESS); JOSÉ FERNANDO
9 DA SILVA (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE); JOACIR DELLA GIUSTINA (CNBB);
10 RACHEL NISKIER SANCHEZ (SBP); OZANIRA FERREIRA COSTA (CECRIA); MANOEL
11 MESSIAS MOREIRA DA SILVA (MNDH); MARIA STELA SANTOS GRACIANI (PUC-SP);
12 IVANILDO T. FRANZOSI (CASA CIVIL); OSVALDO MARCOLINO ALVES FILHO (MF);
13 Presentes ainda os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta
14 assembléia: Júlio Boaventura Santos Matos (MRE); Eliana Crisóstomo (MJ); Clóvis Lacorte (Casa
15 Civil -parcialmente); Marilda Marfan (MEC); Yvony Bezerra de Mello (MTE); Max(MP).
16 Estiveram ainda presente os conselheiros não governamentais suplentes Marcos Colares (OAB);
17 Laura Rossetti (FENAPAE's) e Beatriz Hobold (Pastora da Criança). Abrindo os trabalhos o
18 Presidente submeteu a pauta à plenária tendo a mesma sido aprovada com alterações pertinentes
19 como segue: **I – Leitura, Discussão e Aprovação das Atas das Octagésimas Quarta, Quinta e**
20 **Sexta Assembléias Ordinária do CONANDA** - As Atas apresentadas foram aprovadas com
21 correções pertinentes. **II –Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas** – As Comissões
22 Temáticas se reunirão para tratar de assunto relativos as suas áreas de atuação. **III Avaliação do I**
23 **Congresso Brasileiro de Conselhos Tutelares** – A Conselheira Tutelar Maria Izabel Garavello
24 representou a Comissão Pró - Articulação dos Conselheiros Tutelares, composta por conselheiros da
25 Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Maranhão, Rondônia, que também estavam presentes.
26 A Conselheira avaliou as dificuldades financeiras para realização do evento e da falta de estrutura e

27 sustentabilidade para implantar as ações que foram deliberadas no Congresso que são: a
28 regulamentação da função de conselheiro tutelar; a criação do SITE sobre CT; pesquisa nacional
29 sobre o perfil dos conselheiros; Plano Nacional de Capacitação; confecção dos Anais do Congresso
30 e implantação da Resolução do CONANDA. Informou ainda sobre a criação do Dia Nacional do
31 Conselheiro Tutelar e da realização do II Congresso Brasileiro, agendado para o mês de julho de
32 dois mil e três, objetivo da deliberações para a V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do
33 Adolescente. A Conselheira informou ainda sobre a criação do Fórum Nacional Colegiado de
34 Conselheiros Tutelares, composto por um representante de cada Estado. A conselheira Eliana .A
35 conselheira Ozanira avaliou da importância do Congresso, da participação de representante do
36 Poder Legislativo Federal na abertura do evento, da importância de ser ter desenvolvido uma
37 proposta de capacitação. Parabenizou a Comissão Organizadora pelo seu esforço e desafio em
38 enfrentar as dificuldades apresentadas. Para a conselheira o evento a tingiu seus objetivos. O
39 conselheiro Normando endossou a falta da conselheira Ozanira, reforçando que o processo de
40 articulação deve continuar e quer deve haver uma ação conjunta para a divulgação dos parâmetros
41 de criação e funcionamento do Conselho Tutelar. Considera ainda que deve haver um processo
42 constante de capacitação dos conselheiros Tutelares. A conselheira Eliana questionou se a
43 Comissão considera o processo de capacitação dos conselheiros tutelares a própria capacitação do
44 SIPIA, considerando que o SIPIA trabalha com todas as violações de direitos. A conselheira tutelar
45 informou que a questão ainda não está fechado e que pretende-se montar um projeto para cada ação
46 e contar com a colaboração do CONANDA no tocante a elaboração dos objetos, metodologia,
47 programação e estratégias de ação dos referidos projetos. O conselheiro José Fernando questionou
48 porque a Comissão deseja transformar a Resolução do CONANDA em Projeto de Lei, indagando
49 se a mesma não é suficiente para resolver os problemas existentes. Demonstrou também sua
50 preocupação pelo Congresso não ter tratado sobre o Sistema de Garantia de Direitos. Neste sentido
51 a conselheiras Maria Izabel respondeu que o Conselho Tutelar e parte do Sistema de Garantia de
52 Direitos e que a ação do Conselho Tutelar esta intrínseca ao Sistema e que é a própria razão de ser

53 do Conselheiro Tutelar. Com relação ao Projeto de Lei, caso a Resolução do CONANDA venha
54 responder as necessidades do Conselho Tutelar o mesmo não será necessário, caso contrario a
55 Resolução será o ponto de partida para a proposta em questão. O conselheiro tutelar Serginho
56 complementou que o Congresso Brasileiro foi todo balizado no Sistema de Garantia de Direitos. O
57 Presidente do CONANDA questionou se havia sido proposto pelo congresso Brasileiro o Projeto de
58 Lei e que o CONANDA não havia elaborado minuta do projeto de lei por uma questão de zelo. O
59 conselheiro tutelar Alexandre afirmou que sessenta por cento dos Municípios brasileiros possuem
60 Conselhos Tutelares e que há um anseio de instrumento legais para a efetivação da implantação dos
61 Conselhos Tutelares. Encerrando a avaliação o Presidente agradeceu a presença da Comissão em
62 especial da conselheiro tutelar Maria Isabel. Afirmou que as situações elevadas devem ser vista do
63 ponto de vista político para implantar e implementar os Conselhos Tutelares. Para o Presidente os
64 Congressos, as Conferência, Encontros são momentos políticos que contribuem para o processo de
65 mudanças e que reconstruir o processo o Estado brasileiro requer mais compreensão e clareza do que
66 é melhor. A compreensão do controle social ainda esta muitos distante daquele que prevê a Lei
67 Orgânica da Assistência Social, O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei das Diretrizes de
68 Base da Educação, o SUS, etc... A conselheira Tutelar Maria Isabel encarou sua fala dizendo que
69 hoje o Conselho Tutelar está vivendo uma correlação de forças políticas favoráveis e que considera
70 importante garantia essa direção política, bem como encaminhar essas questões junto com o
71 CONANDA. A conselheira tutelar Carmém, do Mato Grosso do Sul informou que protocolou
72 documento no CONANDA contendo uma questão pontual do Mato Grosso do Sul que é a
73 implantação do conselho tutelar em Aldeia indígena para atendimento de pelo menos quatro mil
74 crianças indígenas desaldeadas para análise do CONANDA. A conselheiro Maria Stela ressaltou
75 que no Conselho Estadual de Educação já existe as diretrizes da educação indígena para crianças e
76 adolescentes das aldeias. Alegou que talvez fosse importante a implantação do Conselho tutelar do
77 campo para que não haja discriminação. O Presidente informou que o documento recebidos será
78 inserido no Plano de Trabalho da Comissão de Articulação/ Conselhos para o exercício de dois mil

79 e dois. Em seguida convidou a todos os presentes para continuarem participando dos trabalhos da
80 assembléia. II Relato das Comissões Temático: 1 - Comissão de Orçamento e Finanças/ Medidas
81 Sócio - Educativas – O conselheiro Messias fez o relato dos trabalhos da Comissão informando
82 sobre: a) recebimento de correspondência alegando erros de informações no site do CONANDA
83 sobre doações para o FNCA e as providências para as correções pertinentes; b) recebimento de
84 correspondência do deputado federal Orlando Fantazzini sobre representação protocolada na
85 Procuradoria da Infância e Juventude de Guarulhos - SP e conseqüente decisão do Juiz de Direitos
86 sobre a situação de adolescentes que se encontram recolhidos no primeiro Distrito Policial de
87 Guarulhos, solicitando providências para o caso num prazo de quinze dias; c) recebimento de ofício
88 da FUNDAC- MA apresentando as providências adotadas, de acordo com os compromissos
89 firmados na audiência pública realizada pelo CONANDA em julho de dois mil, a saber: apoio aos
90 Conselhos Tutelares para instalação do SIPIAI; implantação de projetos de especialização de
91 proteção à crianças e adolescentes e implantação de projetos de combate ao abuso e exploração
92 sexual contra crianças e adolescentes. Essas ações estão sendo desenvolvidas em parceria com o
93 UNICEF e Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS; recebimento de correspondência do
94 CMDCA de São João dos Patos – MA, solicitando informações sobre a procedência dos recursos
95 para o Fundo e se o Conselho Tutelar é vinculado administrativo e financeiramente a Prefeitura. A
96 Secretaria Executiva ficou responsável para encaminhar Resolução do CONANDA e esclarecer
97 acerca de recursos para manutenção dos Conselhos de Direitos e Tutelares; recebimento de
98 correspondência do Grupo Tortura Nunca Mais/SP divulgando carta aberta ao governador
99 distribuída na III Conferência Estadual de Direitos Humanos, denunciando tortura na FEBEM-SP,
100 no qual vinte funcionários indiciados permanecem nos seus cargos e nas mesmas funções, sendo
101 que destes treze ocupam cargos de confiança. A carta solicita o afastamento de todos; d) A
102 Deputada Federal Telma de Souza apresentou na Câmara dos Deputados **indicação** sugerindo ao
103 Poder Executivo a efetiva execução das ações concernentes aos Programas de Reinserção Social do
104 Adolescente em Conflito com a Lei e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, na âmbito

105 do FNCA, solicitando prazo de sessenta dias para adoção das providências pertinentes; convite da
106 Secretaria de Cidadania e trabalho de Goiás para participação da festa de confraternização dos
107 adolescentes em cumprimento de mediadas Sócio- Educativas; solicitação do CEDCA-RR para
108 prorrogação da data de entrega do Plano de Trabalho para o exercício de dois mil e dois. Foi
109 informado que até o presente poucos Estados enviaram seus projetos. Deve-se reiterar
110 correspondência solicitando o envio urgente desses projetos, os quais deverão ser analisados um dia
111 antes da primeira assembléia do exercício de dois mil e dois. O relator informou ainda sobre o
112 resultado da reunião conjunta do grupo de trabalho composto pelo CONANDA, FONACRIAD,
113 ABMP e DCA, cujo objetivo central foi a definição dos eventos regionais para discussão da
114 proposta da regulamentação de aplicação das Medidas Sócio-Educativas proposta a partir do
115 Projeto de Lei da ABMP e os parâmetros para construção das unidades de internação e projeto
116 político- pedagógico. A proposta de cronograma ficou assim estabelecida: Dias vinte e três a vinte e
117 cinco de abril – Porto Alegre; Dias vinte oito a trinta de maio – Goiás; Dias vinte e três a vinte e
118 cinco julho – Amapá; Dias vinte e sete a vinte e nove de agosto – Paraíba; Dias vinte e quatro a
119 vinte e seis de setembro- Minas Gerais. A sistematização dos eventos será realizada no mês de
120 outubro e sua aprovação no mês de novembro. No mês de dezembro será feito o lançamento do
121 documento na cidade de Brasília durante a realização de Assembléia do CONANDA. Esses
122 encontros serão realizados em três dias sendo uma para discutir o projeto de lei, outros para os
123 parâmetros e o ultimo para conclusões. A promoção será do CONANDA, ABMP, FONACRIAD e
124 DCA. A Comissão de Medidas Sócio – Educativas representará o CONANDA nos encontros
125 regionais. Os participantes serão conselheiros tutelares de direitos, executores, juizes , promotores e
126 ONG'S. Cada Estado deve realizar encontros preparatórios e escolher sua representação para o
127 encontro regional. O CONANDA e o DCA produzirão texto para discussão sobre os parâmetros
128 para as unidades de internação e a ABMP distribuirá e apresentará proposta do projeto de lei. A
129 ANDI será convidada para divulgação dos eventos e seus resultados. Foi apresentado a situação dos
130 Convênios e as pendências existentes para a sua efetivação. Com relação ao acordo de cooperação

131 técnica e financeira com a Petrobrás o relator informou que se encontra em análise pela Consultoria
132 Jurídica do Ministério da Justiça. Quanto ao repasse de recursos Fundo a Fundo os conselheiros
133 Caio e Walter apresentaram estudar acerca da proposta de resolução disciplinando o repasse
134 recomenda a solicitação de parecer técnica do setor de orçamento do Ministério da Justiça e
135 posteriormente submetê-lo à plenária do CONANDA. Os conselheiros sugeriram ainda encaminhar
136 o documento ao CNAS e ao Consultor Maurício Vian para sugestões. No que se refere ao orçamento
137 da Criança – Boletim do INESC a Comissão alegou que a análise de Neide Castanha do INESC a
138 mesma desconsidera a participação e o empenho do Conanda no processo de negociações de
139 emendas. A Comissão entende que esta análise neste aspecto não representa a real situação, uma vez
140 que o Conanda realizou empenho em conjunto com as demais organizações já citadas. A
141 conselheira Maria Stela fará carta ao INESC e à autora do artigo estranhando esta análise e
142 informando as ações adotadas pelo Conanda. Com relação a avaliação de desempenho da Comissão
143 considerou-se que a equipe composta pelos conselheiros Claudio, Fernando, Caio, Clovis, Eliana,
144 Stela e Messias teve desempenho satisfatório no seu entrosamento e responsabilidade no
145 cumprimento das tarefas de sua incumbência, que se pautou fundamentalmente na relação dos
146 programas de medidas socio-educativas com o orçamento do FNCA, a partir de critérios
147 previamente definidos, que orientaram a análise e decisão para repasse de recursos aos Estados.
148 Considerando o volume de trabalho houve a necessidade da Comissão se reunir em dia antes das
149 assembléias para o cumprimento das tarefas. 2) **Comissão de Políticas Públicas/IV Conferência**
150 **Nacional:** A conselheira Maria Izabel fez o relato dos trabalhos abordando as partes que seguem: a)
151 recebimento de convite do Ministério Público do Trabalho da décima quinta região, para
152 participação do Seminário Internacional sobre o Trabalho da criança e do Adolescente. Justificar
153 ausência tendo em vista a realização da presente assembléia ocorrer na mesma data e solicitar
154 resultados do seminário; b) recebimento de convite do Movimento de Organização Comunitária da
155 Bahia, para participação no Encontro Regional da de Avaliação do ano de dois mil e um e
156 Planejamento para o exercício de dois mil e dois do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-

157 PETI no Estado, a realizar-se nos dias dezessete e dezoito de dezembro. Enviar correspondência
158 parabenizando pelo evento e justificando ausência, bem como solicitar relato com as conclusões dos
159 trabalhos; c) recebimento de manual de inscrição para o Prêmio Criança Dois Mil E Dois da
160 Fundação ABRINQ; d) recebimento de correspondência do Serviço Social do transporte de
161 Rondônia e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte solicitando apresentação do
162 espetáculo teatral " Bizarrus", desenvolvido por adolescentes autores de ato infracional. Informar
163 que infelizmente a correspondência chegou com atraso não sendo possível a inclusão da peça teatral
164 na programação do evento. Com relação aos Anais da IV Conferência a relatora informou sobre
165 roteiro apresentado pela sistematizadora do evento o qual foi aprovado pela Comissão com a
166 inclusão do Ato de Entrega dos Abaixo-Assinados contra o rebaixamento da idade penal ao
167 Presidente da Câmara dos Deputados. Foi sugerido ainda pela plenária incluir nos Anais materiais
168 publicados pela mídia e a possibilidade da inclusão de fotos sobre a IV Conferência Nacional. Com
169 relação a divulgação e encaminhamento dos resultados da IV Conferência foi proposto e aprovado a
170 impressão do Estatuto da Criança e do Adolescente ; produção de cartazes com os dez
171 compromissos do Pacto pela Paz para ampla distribuição. Quanto ao Plano de Ação para o exercício
172 de dois mil e dois a Comissão propôs realizar: a) no mês de julho(aniversário do ECA) evento com
173 os candidatos à presidência da República para assinatura de compromisso com os direitos da
174 criança e do adolescente para implantação e implementação das Diretrizes Nacionais de Atenção a
175 Infância e Adolescência e do Pcto pela Paz. Caso seja possível incluir os candidatos aos Governos
176 Estaduais e ao Distrito Federal. Propor ainda aos Conselhos Estaduais a realização de evento
177 semelhante (em conjunto com o Conanda) com os candidatos estaduais e distrital; b) reralização de
178 audiência comos Ministros até o mês de abrilpara entrega do Pacto pela Paz e das Diretrizes
179 Nacionais, com a discussão do seu encaminhamento em cada área. Os conselheiros representantes
180 dos respectivos Ministérios deverão agendar essas audiências, e informar ao Conanda a data
181 proposta; c) realização de Assembléia Conjunta com os Conselhos Setoriais ou ida de
182 representantes do Copnanda nas Assembléias desse Conselhos, visando encaminhamento conjunto

183 do Pacto pela Paz e das Diretrizes Nacionais; d) realizar audiência com o Presidente da República e
184 com o Supremo Tribunal federal objetivando a entrega e discussão do Pacto pela paz e das
185 diretrizes Nacionais. O conselheiro Ivanildo focou responsável pelo agendamento da audiência; e)
186 as conselheiras Maria Izabel e Kênia ficaram responsáveis pelo resgate do Plano de Ação do
187 exercício de dois mil e um e efetuem levantamento das ações realizadas. As propostas
188 apresentadas foram debatidas pela plenária, tendo sido aprovado priorizar as atividades relativas a
189 interlocução com os Conselhos Setoriais e a realização do evento como s candidatos, deixando a
190 discussão com os Ministros para após a definição de continuidade ou não dos mesmos nos cargos e
191 realizar reunião ampliada com os Conselhos Estaduais e Distrital e com os Conselhos Municipais
192 das capitais para discutir o encaminhamento do Pacto pela Paz nos Estados. Como não foi possível
193 efetuar avaliação dos trabalhos realizados no exercício tendo em vista a prirização dos trabalhos
194 realizados no exercício tendo em vista a priorização dos trabalhos da IV Conferência, ficou
195 decidido para que cada conselheiro faça a sua avaliação e envie ao coordenador da Comissão que as
196 sistematizará e posteriormente enviará aos conselheiros do Conanda. Ficou também aprovado que o
197 conselheiro José Fernando fará a sistematização das propostas do Planos de Ação das Comissões
198 para o exercício de dois mil e dois. A Comissão porém avaliou que os participantes conseguiram
199 atuar num bom clima de fraternidade e que isto ajudou a criar uma relação de responsabilidade
200 quanto as funções da Comissão. Em finção das exigencias p'ropias de sua competência, a Comissão
201 se viu obrigada a reunir-se preticamente o ano todo, sempre um dia antes das assembléias mensais e
202 produziu resultados usando a comunicação eletrônica. A relatora informou ainda sobre as
203 representações junto a outros organismos sempre solicitado e de acordo com os critérios que
204 especificam a sua competência. Foi proposto e aprovado para que a Secretaria Executiva
205 Façalevantamento das pendências exixtentes para novas proposições na primeira assembléia do
206 próximo exercício e que os conselheiros façam levantamento das ações que tiveram maior impacto
207 nas bases a fim de incluí-las no relatório anual do Conselho; 3) Comissão de Articulação /
208 Conselhos – A conselheira Laura Rossetti fez relato dos trabalhos da Comissão como segue: a)

209 recebimento de correspondência dos Conselhos Tutelares do estado do Amazonas informando a
210 realização da I Conferência dos Conselhos Tutelares do Amazonas a realizar-se no final do mês de
211 março, no município de Manacapuru e solicitando assessoria e apoio do Conanda para o uso da sua
212 logomarca . A Comissão acatou o pedido colocando-se disponível para o assessoramento e a
213 utilização da logomarca.A escolha do conselheiro que representará o Conanda será feita na
214 assembléia do mês de fevereiro do próximo exercício; b) recebimento e e-mail de Eremita
215 solicitando assessoria das seguintes indagações: a inscrição no CMDCA está vinculada à inscrição
216 no CNAS? Existe amparo legal? O governo destina verbas para capacitação técnica? Existe alguma
217 consultoria que possa assessorar os novos conselheiros? Se existe qual o acesso? Porque o
218 Conselho Municipal de Assistência Social não está vinculado ao Ministério da Justiça? A Comissão
219 enviou e-mail para que o referido Conselho consulte o Conselho Estadual dos Direitos e da
220 Assistência Social de seu Estado para respostas das suas indagações; c) recebimento de relatório do
221 Conselho Tutelar de Rio Largo – AL, solicitando a manifestação do Conanda.A Comissão propôs
222 informar que os dados que chamaram a atenção foram o alto índice para a falta de registro de
223 nascimento, o não pagamento de pensão alimentícia e o abandono por pais e responsáveis. O
224 relatório será enviado à Coordenação do SIPIA/MJ e ao Ministério. A conselheira Rachel ficou
225 responsável pela elaboração das correspondências; d) recebimento de ofício do Conselho Tutelar
226 da Jaborandi – SP solicitando parecer do Conanda sobre ofício da Câmara dos Vereadores daquele
227 município, em que os vereadores solicitam a intercessão do Sr. Prefeito junto aos conselheiros
228 tutelares e suas ações. A Comissão propôs encaminhar ofício ao Conselho Tutelar esclarecendo que
229 o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, regido pela lei municipal de criação e pelo seu
230 regimento Interno. Esclarecer ainda que os plantões realizados em finais de semana e feriados são
231 para atendimento das demandas emergenciais e que o Conselho Tutelar não pode interferir quanto a
232 situação de crianças e adolescentes que permanecem até altas horas da noite nas ruas, pois extrapola
233 suas competências, salvo em caso de risco ou cometimento de atos infracionais; e) recebimento de
234 e-mail do Conselho Tutelar de Pinheiros – SP, contendo considerandos sobre irregularidades no

235 processo de escolha do CT, lavrado em Boletim de Ocorrência e encaminhado à Promotoria
236 Pública local. Foi proposto o envio de ofício informando que o envio das provas à Promotoria está
237 correta, sugerindo que as denúncias sejam apuradas pelos órgãos competentes, inclusive o
238 CMCDA; f) recebimento do ofício do Conselho Tutelar de Aparecida do Taboado - MS,
239 encaminhando cópia da lei Municipal e solicitando parecer a respeito do processo de escolha que
240 contradiz com a Resolução número setenta e cinco do Conanda e das suas Recomendações. A
241 Comissão propôs enviar ofício ao Conselho Tutelar afirmando que devem ser respeitados os
242 documentos aprovados pelo Conanda e publicados no DOU. Em relação a avaliação, a Comissão
243 apresentou questionamento a respeito da ausência dos Órgão Governamentais, havendo necessidade
244 de uma efetiva participação de todos os seus membros. Todavia, a Comissão avaliou que houve
245 uma perfeita integração dos seus membros. A Comissão avaliou ainda que todas as demandas foram
246 atendidas e a elaboração do documento contendo os parâmetros de criação e funcionamento dos
247 Conselhos Tutelares. A Comissão avaliou ainda a participação de conselheiros da Comissão em
248 Conferências Estaduais, no I Congresso Brasileiro de Conselheiros Tutelares e na IV Conferência
249 Nacional. Houve ainda o reconhecimento pela Comissão sobre a participação efetiva dos membros
250 suplentes da OAB - ABMP e da federação Nacional das APAE'S. Com relação ao Planejamento
251 para o exercício de dois mil e dois a Comissão propõe a reestruturação da mesma, a participação
252 dos representantes governamentais, a difusão e implementação do documento contendo os
253 parâmetros do Conselho Tutelar, a elaboração de um Plano Nacional de Capacitação para
254 Conselheiros em parceria com o UNICEF e o atendimento da demanda do Congresso Brasileiro de
255 Conselhos Tutelares. Dando prosseguimento aos trabalhos no segundo dia da assembléia foi
256 desenvolvida a pauta que segue: I - **Apresentação do Plano de Ação do UNICEF** - A
257 representante do UNICEF no Brasil Reiko Numi agradeceu a oportunidade de participação nesta
258 assembléia para apresentar o Plano de Ação para o período de dois mil e dois a dois mil e seis. Dr^a
259 Reiko informou que o plano foi construído em conjunto governo e a sociedade civil e que o mesmo
260 deve ser aprovado em Nova York nos próximos dias. O plano contém uma análise da situação da

261 criança brasileira com dados estatísticos da pobreza no Brasil e sua disparidades. A representante
262 falou que existência do UNICEF no Brasil está pautada na contribuição da luta contra a pobreza e a
263 promoção da criança e do adolescente. Ela informou que segundo dados do IBGE e IPEA um terço
264 da população brasileira vive na pobreza. Foi introduzido no programa alianças na área da primeira
265 infância para uma avaliação da qualidade de vida antes delas entrarem para o ensino fundamental.
266 Falou da evolução do programa de erradicação do trabalho infantil e também da perspectiva da
267 educação universal que hoje andam de mãos dadas. Falou ainda da ações voltadas para os
268 preparativos do Congresso Mundial que irá acontecer no Japão contra o abuso e a exploração sexual
269 de crianças e adolescentes e o apoio ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra
270 crianças e adolescentes. A palestrante argumentou que o UNICEF possui políticas globais e que ele
271 trabalha na especificidade e na necessidade do país e que aqui no Brasil sua ação está voltada na
272 mobilização Nacional pelos direitos da criança e do adolescente. Enfatizou a importância da mídia
273 que está comprometida com a questão não em termos de denúncias mas propondo soluções. Ainda
274 nesta linha, ressaltou sobre a necessidade de trabalhar mais o potencial dos meios de comunicação,
275 citando como exemplo o rádio e a televisão. Ressaltou também sobre o processo de crescimento do
276 terceiro setor, da descentralização e municipalização do setor público, do crescimento da
277 responsabilidade social no setor privado e da estabilidade do governo brasileiro. Neste contexto
278 apresentou alguns desafios enfrentados na área da criança, alegando que a criança começa seu ciclo de
279 vida com riscos como por exemplo a falta de registro civil, a morte prematura, morte por
280 complicação na gravidez. Com relação aos desafios do desenvolvimento infantil, argumentou que
281 menos de nove por cento de crianças de zero a três anos estão matriculadas em creches e que entre
282 os mais pobres apenas três por cento estão em creches. Quanto a crianças na faixa etária de quatro a
283 seis anos cinquenta e sete por cento estão matriculadas na pré-escola. Os desafios na vida da criança
284 e do adolescente estão voltados para a melhoria da qualidade de ensino e redução da
285 vulnerabilidade social, melhoria na cobertura de programas de saúde e ampliação das políticas de
286 cultura, esporte e lazer. O desafio da educação consiste em fazer da política de educação o centro de

287 um processo de formação para a cidadania e integração das políticas sociais. Citou como
288 desperdício de recursos públicos a repetência, a evasão, a taxa de distorção idade-série, baixo índice
289 de adolescentes no ensino médio, a gravidez precoce, alto índice de crianças e jovens com HIV.
290 Citou como exemplo de desejo de desenvolvimento e a proteção do adolescente o índice de trinta
291 mil adolescente privados de liberdade por ano.. Quanto aos desafios para a proteção plena da
292 criança e do adolescente citou a exploração do trabalho infantil, a violência familiar, abuso e
293 exploração sexual contra crianças e adolescentes, a institucionalização de crianças e adolescentes e
294 a necessidade de fazer valer o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.
295 Finalizando, a representante apresentou o objetivo geral do UNICEF no Brasil, o qual consiste em
296 apoiar o país na promoção, proteção e garantia igualitária e universal no marco do Estatuto da
297 Criança e do Adolescente, assegurando o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos de
298 Crianças e Adolescentes, bem como advogar pelo aumento dos gastos sociais. Com relação a
299 proposta de programação intersectorial a representante do UNICEF informou que a mesma está
300 pautada pelo ciclo de vida das crianças e adolescentes, com enfoque no direito. Em seguida, Dr^a
301 Reiko passou a palavra à oficial de projetos, sr^a Alison Sutton que apresentou o programa
302 transversal que irá ser trabalhado com outros programas coordenados por ela e que estão divididos
303 em dois grandes projetos a saber: 1) Todas as crianças e adolescentes protegidos por um sistema de
304 garantia de direitos funcionando e de forma articulada; 2) Todas as crianças e adolescentes com seu
305 direitos ameaçados ou violados atendidos por políticas de proteção, assegurando-lhes atendimento
306 apropriado em políticas básicas e acesso à justiça. A sr^a Alison apresneou vários gráficos
307 demonstrando o ciclo de vida e o sistema de garantia. Apresentou ainda a relação de quatro sub-
308 projetos e as devidas esplanções de como serão desenvolvidos pelos diversos atores do Sistema. Os
309 sub-projetos são: a) fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos; b) prevenir e combater formas de
310 violência no lar, na comunidade e nas instituições; c) prevenir e erradicar o trabalho infantil e a
311 exploração sexual; d) promover o direito à convivência familiar e comunitária daquela crianças e
312 adolescentes excluídos desse direito. Finalizando a apresentação o Presidente abriu o debate onde

313 foram registrados os seguintes pontos: 1) A conselheira Maria Izabel falou da importância da
314 exposição do UNICEF afirmando a possibilidade de trabalho conjunto no futuro. Com relação a
315 questão da educação, propôs para que o UNICEF inclua nas suas ações uma intervenção na Lei de
316 Diretrizes de Base da Educação que estabelece a escola no período integral até o ano dois mil e
317 cinco, para inclusão da jornada ampliada do programa de erradicação do trabalho infantil, por
318 entender que deve ser competência da educação. Outra questão proposta pela conselheira foi a
319 possibilidade de realização de trabalho integrado Conanda e UNICEF através de Comissões
320 Temáticas no que tange ao monitoramento ao Pacto da Paz. Sugeriu a indicação de três conselheiros
321 para juntos trabalharem o detalhamento dessas ações para a sua implementação a nível nacional
322 através dessa parceria. Parabenizou o UNICEF pela apresentação ao tempo em que fez a solicitação
323 do material apresentado à todos os conselheiros do Conanda; 2) O conselheiro Normando também
324 parabenizou o UNICEF pela apresentação ressaltando a sintonia da programação apresentada com o
325 Pacto pela Paz e propôs parceria entre o Conanda e UNICEF, Fórum Nacional DCA e o Fórum
326 Nacional para Educação Pública que elencou duas prioridades para o ano de dois mil e dois, sendo
327 a primeira a derrubada do veto do Presidente da República ao Plano Nacional de Educação no que
328 diz respeito a recursos orçamentários para a educação e a segunda que diz respeito a educação
329 infantil que hoje é considerada um terreno baldio da educação e propôs estratégias conjuntas; 3) O
330 conselheiro José Fernando destacou três pontos : a) integração nas discussões dos Encontros
331 Regionais para debater a proposta de lei da ABMP sobre medidas sócio-educativas e parâmetros
332 mínimos para construção de unidades de internação; b) com relação a mídia propôs estudar juntos
333 uma atividade específica no sentido da viabilidade da criação do Conselho Nacional de
334 Comunicação Social; c) Mobilização da sociedade civil; 4) A conselheira Marilda Marfan também
335 elogiou a brilhante apresentação do UNICEF e enquanto representante do MEC falou do esforço do
336 Ministério na Universalização do ensino fundamental. Disse que no momento o grande esforço do
337 MEC está voltado para a melhoria da qualidade da educação através dos parâmetros curriculares
338 nacionais com enfoque para a construção da cidadania. Falou ainda sobre a necessidade de

339 formação dos professores, informando que já são três mil municípios atendidos através do programa
340 parâmetros em ação. Como resultado da IV Conferência Nacional informou que os pontos
341 principais enfocados na área de educação foram a introdução do Estatuto na Escola e a ênfase na
342 educação infantil, reconhecendo que com relação a esta última ainda há muito o que fazer e que será
343 prioridade do MEC para o ano de dois mil e dois ; 5) A conselheira Maria Stela elogiou o grau de
344 qualidade , de profundidade e de entendimento sobre a realidade da infância e adolescência
345 apresentados, alegando que não há comparações a fazer. Parabenizou as expositoras pelo programa
346 apresentado, alegando que o sistema de garantia de direitos é o cerne de toda a questão do Estatuto
347 da Criança e do Adolescente nas sua mais variadas vertentes, alegando que o foco no ciclo de vida
348 no seu sentido holístico e totalizador irá garantir o sistema de garantia de direitos. Vai privilegiar
349 ainda o foco na família e principalmente na questão do diagnóstico interventivo que são
350 necessidades básicas para que venha acontecer todas as inclusões violadas ou não aqui
351 apresentadas, alegando que há um clamor brasileiro para que estas inclusões sejam pensadas
352 profundamente. Finalizando endossou as sugestões propostas pela conselheira Maria Izabel; 6) A
353 conselheira Rachel Niskier falou do seu contentamento em saber que o UNICEF irá operar
354 concretamente na intervenção da família, onde crianças e adolescentes sem exceção deveriam
355 estar crescendo, se desenvolvendo e sendo abrigadas com carinho e afeto. Também parabenizou o
356 UNICEF pela ênfase na família. Indagou se já há ações que contemplam efetivamente a família e
357 quem são essas famílias; 7) O conselheiro Messias ressaltou a importância da exposição
358 apresentada ter abordado questões relevantes, principalmente no que tange ao registro de
359 nascimento, a evasão e repetência como estratégias para melhoria da qualidade do ensino na escola.
360 Ressaltou ainda o sub-programa de prevenção e combate a violência que aborda a desagregação de
361 dados quanto a etnia e gênero e colocou o banco de dados sobre homicídios do MNDH á
362 disposição do UNICEF; 8) O conselheiro Joacir alegou estar feliz com a exposição parabenizando
363 os representantes do UNICEF pelo conteúdo apresentado e pelo que o órgão vem fazendo no
364 tocante a doutrina de proteção integral dentro daquilo que prevê o Estatuto que é um conjunto de

365 ações articuladas. Fez questão de ressaltar que o Brasil ainda precisa do U&NICEF. O conselheiro
366 questionou se o UNICEF não deveria se preocupar um pouco mais com a questão da drogadição e
367 o porque ela apareceu de forma sutil na programação apresentada. Ressaltou também a importância
368 do trabalho articulado do Conanda /UNICEF, abordando diretrizes nacionais do Conanda que são
369 para cinco anos, devendo somar com as ações do UNICEF. Finalizando questionou ainda quais são
370 as fontes de recursos do UNICEF para o desenvolvimento dessa programação A representante do
371 UNICEF falou que a programação apresentada é uma obra em progresso e que tem muito a
372 melhorar. Agradeceu os comentários apresentados os quais servirão para o aperfeiçoamento dos
373 trabalhos. Com relação aos recursos financeiros a representante informou que os mesmos são
374 oriundos de arrecadação dos fundos no país, de orçamento concedido ao órgão a nível global,
375 doações dos comitês nacionais nos países europeus e asiáticos. Estima-se que o orçamento para
376 dois mil e dois ficará em torno de doze milhões de dólares. Com relação às drogas foi informado
377 que há outras agências internacionais que são mais competentes nesta área, razão pela qual o
378 UNICEF não se envolve, porém alegou que não pode ignorar o problema. Agradeceu a oferta do
379 banco de dados pelo MNDH e propôs a trabalhar juntos Agradeceu ainda as sugestões da
380 conselheira Maria Izabel, acatando a indicação de três conselheiros para trabalharem juntos. Com
381 relação a mobilização da sociedade civil, a representante alegou que a mesma está implícita na
382 programação. Quanto as ações sobre a família foi informado que ainda está no começo e que ainda
383 não há definição. Falou também da importância da educação infantil estar chegando na agenda do
384 governo. A representante agradeceu a oportunidade do espaço oferecido pelo Conanda. O Presidente
385 agradeceu em nome do Conanda a oportunidade , alegando que a proposta foi aceita por todos no
386 sentido de compor um grupo de trabalho para o próximo ano através da integração das Comissões
387 temáticas para viabilizar a implementação de alguns aspectos no exercício de dois mil e dois em
388 conjunto a programação do UNICEF. A parceria deve incluir a Secretaria de estado de Direitos
389 Humanos e o DCA para que se possa ter uma ação articulada e de maior impacto. No momento
390 fez a entrega do Pacto pela Paz e das Moções Nacionais aprovadas na IV Conferência . II –

391 **Participação do novo Secretário de Estado dos Direitos Humanos** – O presidente do Conanda
392 convidou o Dr. Paulo Sérgio e Dr^a Maria Ignez para comporem a mesa. O Secretário cumprimentou
393 a todos agradecendo a oportunidade de estar aqui presente. Aproveitou a presença da Sr^a Alison
394 para falar na linha da vanguarda do UNICEF na defesa dos direitos e dos relevantes trabalhos
395 prestados nos países de Gêrnia e Birmânia. Falou ainda da vanguarda do UNICEF no sistema de
396 garantia de direitos no Sistema ONU. Falou da importância da participação de um representante do
397 Conanda na Comissão Internacional Contra a Tortura recentemente implantada, porque lá o
398 contingente torturado no Brasil pertencem a faixa de adolescentes e até crianças. Falou que a
399 violência doméstica é extremamente chocante. Essa Comissão faz visitas incertas e de surpresas,
400 como foi o caso de Minas gerais. Sublinhou a importância do Conanda e dos CEDCA nas
401 deliberações das Políticas Públicas, visto que são os Conselhos que devem dizer o que deve
402 melhorar nas políticas públicas. Alegou que na democracia os direitos da criança e do adolescente
403 não tem partido. O importante é afirmar a transparência plena e trabalhar conjuntamente sociedade
404 civil e governo e tentar elaborar políticas cada vez mais adequadas para crianças e
405 adolescentes. Falou da importância do trabalho integrado da SEDH como Conanda. Falou do
406 trabalho da Diretora do DCA Maria Ignêz Bierrenbach a frente da Febem – SP no período da
407 ditadura, na gestão do Governador Franco Montoro. Falou do seu enorme entusiasmo pelo SIPIA II
408 e o seu interesse em realizar um censo sobre o ato infracional e uma análise do perfil de atos
409 violentos dos adolescentes envolvidos em atos infracionais. Falou também da vergonha que é o
410 atendimento do adolescente infrator na Febem- SP, comparando-o a um manicômio. Disse que o
411 seu documento de referência é o Estatuto d Criança e do Adolescente e a Convenção Internacional
412 de Direitos da Criança e do Adolescente. Falou da visita que fez ao Programa de Atendimento ao
413 infrator da Bahia – CASE, elogiando a sua arquitetura e a sua forma de atendimento. Considerou
414 excelente a parceria SEDH e do Conanda com o UNICEF. Encerrando sua fala enalteceu o trabalho
415 do Conanda e colocou-se a disposição de todos. Neste momento a conselheira Rachel Niskier
416 entregou ao Secretário uma Camiseta como Lema **Violência é Covardia** utilizada na Campanha

417 sobre violência doméstica III – **Avaliação da IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e**
418 **do Adolescente** - .A Comissão de Políticas Públicas apresentou um roteiro para avaliação da IV
419 Conferência Nacional como s seguintes itens: 1) Infraestrutura – A conselheira Maria Izabel
420 afirmou que os maiores problemas apresentados no decorrer da Conferência foram a questão da
421 infraestrutura com relação a função de cada coordenação da empresa contratada para execução do
422 evento, alocação dos equipamentos necessários, desorientação da empresa e a falta de
423 profissionalismo e qualidade de desempenho do seu papel, Conferência dos Adolescentes
424 tumultuada. A conselheira lamentou que a empresa tenha vencido o processo licitatório. A
425 conselheira Eliana informou que ela juntamente com a Secretaria Executiva já haviam feito
426 reunião com a Coordenadora Geral da Empresa para avaliação neste sentido.; 2- Programação – A
427 conselheira Maria Stela ressaltou que o exceto da Conferência ocorreu pelo tema significativo e
428 contemporâneo, pelo aprofundamento geral ocorrido nas Conferências Municipais e Estaduais, nos
429 subsídios apresentados, (textos, livros, apostilas, artigos) freqüência coerente e lógica, palestrantes
430 de alto nível, importância das experiências exitosas, (embora alguns apresentadores não fossem
431 exitosos) concepção metodológica que favorecem o Pacto pela Paz. A conselheira Maria Izabel
432 complementou que embora o processo fosse único, foi muito pesado e faltou tempo maior para
433 discussões. A conselheira Ivonne argumentou que muitas pessoas não sabiam dos assuntos que
434 estavam sendo discutidos e sugeriu folheto explicativo sobre os programas. A conselheira Maria
435 Stela argumentou que as mesas estavam compostas de muita gente e que na Conferência dos
436 Adolescentes foram inseridas ações que não estavam no programa, sendo esta avaliação endossada
437 pelo conselheiro Fernando..... mas i Ipe
438 oprojeto de .aa s ic RAB s DEasolicitou monitoramento efrE está h m n o ovaUMimi
439 Im nipara a aõ çãointerfer apoio tcriança e do Adolescente t p oiC e ao Distrito
440 Federal su orio al me da .a partir no atual , te operacional de
441 funcionamento da Comissão CONANDA/CNAS;e)a parte final deve ser mais positiva e
442 propositiva, chamando a atenção para que haja a integração entre os Conselhos da Criança e do

443 Adolescente com o da Assistência Social nos níveis estadual, distrital e municipal; f) que o
444 documento deve ter forma e conteúdo de resolução, a ser aprovada entre os dois conselhos
445 nacionais; g) Prazos: a comissão CONANDA e CNAS deve reformular o documento e circular por
446 correio eletrônico, entre os conselheiros de ambos colegiados, entre os meses de janeiro e fevereiro,
447 ficando a aprovação para um momento conjunto CONANDA e CNAS. 12) O conselheiro José
448 Fernando informou sobre mensagem recebida via e-mail solicitando posição do CONANDA sobre
449 matéria publicada em duas revistas dirigidas ao público jovem com ilustração imprópria á esse
450 público. Foi aprovado para que o conselheiro formalize as respostas a serem enviadas; 13) O
451 Presidente informou sobre o pedido do UNICEF para participar da assembléia do CONANDA no
452 mês de dezembro, para apresentação do seu plano de ação 14) Tendo em vista o assunto sobre a
453 participação dos cinquenta adolescentes de São Paulo na IV Conferência Nacional ter voltado à tona
454 o assunto foi novamente discutido, tendo sido mantida a deliberação da assembléia anterior de **não**
455 **participação** dos mesmos, devendo o CONANDA oficializar esta decisão aos Presidentes dos
456 Conselhos Estaduais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Nada mais havendo a tratar, foi
457 encerrada a assembléia. E, para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois
458 de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

459

460

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

461

Presidente do CONANDA